

JOILDA PEREIRA DA SILVA

INCLUSÃO ESCOLAR: uma questão de oportunidade e respeito.

SÃO PAULO

2011

JOILDA PEREIRA DA SILVA

INCLUSÃO ESCOLAR: uma questão de oportunidade e respeito.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para aprovação no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Vitória Helena Cunha Espósito e co-orientação da Profa. Ms. Suzana F.B. Carneiro.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO

2011

SILVA, Joilda Pereira da.

Inclusão Escolar: uma questão de oportunidade e respeito.

Joilda Pereira da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso – PUC – São Paulo, 2011.

1. Inclusão escolar 2. Educação 3. Oportunidades Sociais 4.
Necessidades especiais.

Joilda Pereira da Silva

INCLUSÃO ESCOLAR: uma questão de oportunidade e respeito.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Habilitação de Administração Escolar.

Aprovado em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Prof. _____

Prof. _____

“[...] um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz.”
Gonzaga Jr.

“Nesta sociedade capitalista, estar empregado, ser autônomo, ser produtivo capaz de sustentar-se, ou seja, para estar em exercício de sua cidadania é imprescindível estar preparado academicamente, social e culturalmente, quer dizer, ter formação e saber conviver com os outros. Estes atributos são adquiridos em grande parte nas instituições escolares. Por isso, é importante o acolhimento de todos os portadores de deficiências nas escolas, para que sejam preparados visando sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho, proporcionando desta forma a esperança de poderem sonhar, trabalhar e viver com honra.” (Joilda Pereira da Silva).

Aos meus queridos pais, Dona Bela e ao Senhor João por me darem a vida, pelo apoio de sempre, estímulo e condições para concluir este curso de graduação.

Para ler e meditar

“Todos pensam em mudar a humanidade e ninguém pensa em mudar a si mesmo”. Leon Tolstoi

“A tristeza da terra nasceu, um dia, da uniformidade. Que felicidade, a diversidade e a diferença!” (La Motte-Houder.Fables)

“Para isso, meus queridos educadores, a solução é simples: basta viver, com profundidade, intensamente, a *atitude ética do educador*, cujas três virtudes básicas, essenciais, necessárias são: primeira, *crer na inclusão*; segunda: *desejá-la*; terceira: *construí-la*”. Prof. José Pires

AGRADECIMENTOS

À dona Bela, ao seu João, a minha querida Prof^a. Dra. Vitória Helena Cunha Espósito, as co-orientadoras Bia e Suzana e querido amigo Ezequiel Ângelo dos Santos: muito obrigada pela força, pela confiança, pelo incentivo e pelo estímulo.

Aos meus irmãos Renato, João e Jair e aos muitos portadores de necessidades especiais que convivem comigo ou passaram por minha vida e que lutam pelos seus direitos de cidadãos em uma sociedade capitalista, excludente e tão pouco democrática. Eles são guerreiros e provaram o seu valor, na medida em que deixaram de serem receptores para serem protagonistas na comunidade em que residem e no mercado de trabalho que hoje é muito competitivo.

Às minhas professoras e professores da Pontifícia Universidade Católica que confiaram e estimularam minhas competências para que eu pudesse superar minhas deficiências de aprendizagem: Professora Doutora Nádia Dumara, Priscilla Cornalbas, Alda Carlini, José Everaldo, Moacir, Carol, Hyrla, Maria José Pacheco (a Zezé), Marisa Del Cioppo Elias, Maria Ângela Barbatto, Sandra Machado, Mônica Fátima Valenzi Mendes, Maria Otília José Montessanti Mathias, querida coordenadora do curso Stela Graciani, Marino Antonio Sehnem, Teresinha Calil e Emília Cipriano Sanches. Agradeço ao Programa Pindorama e ao Professor Doutor Benedito Antônio Prezias da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e coordenador do Programa que me ajudou em momentos difíceis durante este curso.

Ao meu avô Ângelo Pereira Xavier (in memoriam), cacique da etnia Pankararé que deu sua vida defendendo os direitos do nosso povo.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo relatar a importância do acolhimento e da integração de portadores de necessidades especiais tanto na comunidade como na escola. Constitui-se a partir de estudos da legislação e de outras publicações referentes ao tema, da análise de filmes baseados em fatos reais de situações e histórias de portadores de necessidades especiais, os quais superaram seus limites e venceram obstáculos impostos pelo preconceito social. Utiliza-se ainda, de observações da vida cotidiana de trabalhadores e estudantes com necessidades especiais observados em situações de estágios. Este trabalho visa conscientizar a sociedade, família, profissionais das áreas da saúde e educação da importância de estimular a autoestima e na crença do desenvolvimento das habilidades de indivíduos com necessidades especiais. É também uma denúncia, na medida em que responsabiliza o Estado e os dirigentes de instituições que não facilitam a acomodação e a permanência de deficientes nas escolas, dificultando desta forma sua entrada futura no mercado de trabalho. É necessário amor para aceitar e respeitar o diferente. É importante discutir e dialogar com os portadores de deficiências para quebrarmos os tabus da incompreensão, da omissão e do preconceito social. Precisamos comemorar as diferenças e valorizá-las sem fazer delas parâmetros para discriminação e conceitualização do ser humano. O ponto de partida, não é mudar os valores do outro, o primeiro passo para transformação social é revermos nossos próprios valores. Que maravilha sermos diferentes. Viva a diferença.

Palavras chaves: 1. Inclusão escolar 2. Educação 3. Oportunidades Sociais 4. Necessidades especiais.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1.Objetivo Geral.....	12
2.Objetivo Específico.....	12
3.Metodologia.....	12
3.1.Análises dos Filmes.....	13
3.2.Relato de uma gestão preocupada com a acessibilidade.....	18
4. Incluir e Integrar: a diferença na práxis.....	21
5. Missão do Educador.....	26
6. Direitos Conquistados.....	29
7. Inclusões que deram certo.....	32
8. Conclusão.....	34
Referências Bibliográficas.....	36

INCLUSÃO ESCOLAR: uma questão de oportunidade e respeito.

INTRODUÇÃO

Comecei a me interessar pelo tema inclusão por vários motivos: fui estudante da rede pública e presenciei muitos colegas com deficiências serem excluídos da escola. Já na faculdade, quando li o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990) e a Declaração de Salamanca (1994) a respeito dos direitos dos indivíduos com necessidades especiais tentei me lembrar se, em algum momento da minha vida, eu tinha presenciado o cumprimento destas leis.

Em setembro de 2008 comecei meu estágio numa escola de ensino fundamental da rede municipal de Osasco – fiquei dois anos neste estágio. A minha inquietação começou quando o novo prédio da escola foi inaugurado oficialmente em outubro de 2009 e, este não foi construído com rampas. Isso me levou a perguntar: “Como um prédio de quatro andares vai acolher crianças ou os seus responsáveis com deficiência motora sem rampas?”. Na verdade esta escola tinha elevador, só que, quando este quebrava, esperávamos semanas para que fosse consertado. A burocracia da rede municipal é muito complexa e não atendia com rapidez os reparos que seriam necessários e as crianças com deficiência motora não podiam frequentar as aulas. A partir desta constatação me perguntei se existia um pronto atendimento para o cumprimento das leis referentes à acessibilidade – principalmente no que tange à estrutura dos prédios escolares.

Num primeiro momento, comecei a pesquisar e a levantar o material teórico: leis, como a Constituição de 1988, as pesquisas de Marcos José Silveira Mazzota (1999), entre outros e me surpreendi com a descoberta de que havia a existência de normas de fiscalização visando assegurar os direitos de pessoas portadoras de deficiência motora, mas que estas não se mostram eficientes na prática, sendo acionadas somente através de denúncias.

Num segundo momento, – mais precisamente no mês de outubro de 2010 - conheci uma instituição da rede pública de São Paulo, que em 2007 sofreu uma reforma em sua infraestrutura para atender as exigências das legislações de inclusão: como a construção de rampas, adaptações nos banheiros para uso de cadeirantes, piso tátil e

instalação de um elevador no prédio entre outros. Desta forma, ficou claro para mim que, o respeito dos direitos garantidos por lei aos portadores de deficiências visando à acessibilidade - no que diz respeito a adaptações em sua estrutura física -, dependerá das ações individuais e da autonomia da gestão escolar de cada instituição.

Entretanto, constatei em meus estudos que a inclusão e a acessibilidade vão além da estrutura física, constituem-se em temas de extrema relevância para o desenvolvimento das dimensões cognitiva, motora e social do cidadão. Verifiquei também, que um indivíduo necessita de acolhimento, de estímulos e de integração no ambiente de aprendizagem para conseguir se desenvolver de uma forma plena.

Em 2009, participei do nível inicial do curso livre de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC/PUC-SP) ocasião em que conheci muitos surdos que conseguiram desenvolver suas habilidades e situar-se no “mundo dos ouvintes”: são felizes, estudam, fazem faculdade, trabalham, enfim desenvolvem valores e capacidades.

Aprofundando a pesquisa verifiquei que são oito as inteligências múltiplas do ser humano: musical, lógico-matemática, verbal-linguística, interpessoal, corporal-cinestésica, visual-espacial, naturalista e espiritual e, portanto todos os cidadãos têm direito a educação de forma a desenvolver qualquer que seja a inteligência ou talento, independentemente de suas necessidades especiais. (Howard Gardner, 1980).

Em outro momento, em situação de estágio numa empresa corporativa presenciei a situação de um rapaz que tem deficiências múltiplas (tetraplégico) que consegue criar no computador as propagandas que são vistas nos elevadores da empresa. Ele toca o teclado com a boca, usando um objeto e movimenta o mouse com o queixo. Nesta empresa, conheci muitos profissionais portadores de diferentes deficiências – auditiva, mental, deficiências múltiplas - que trabalham, estudam e procuram levar uma vida “normal”. Foi assim que surgiu meu interesse em pesquisar sobre o tema da inclusão educacional e social, das superações das dificuldades, preconceitos e conhecer a força de vontade de muitos portadores de deficiências de levarem uma vida “normal”.

1. OBJETIVO GERAL

Apresentar situações de sucesso de indivíduos portadores de deficiências, considerando-se que, quando bem acolhidos pela família, pela escola e pela comunidade e quando suas capacidades são estimuladas - tanto nas áreas da dimensão cognitiva como na dimensão motora -, conseguem desenvolver suas habilidades e competências. Desta forma, estes são recebidos e integrados na sociedade e no campo profissional.

2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Conscientizar os pais, os familiares e a sociedade da relevância de acreditarem que é possível desenvolver habilidades cognitivas e motoras em crianças portadoras de deficiências.

3. METODOLOGIA

Para organização do trabalho desenvolvi os seguintes passos:

- 1) A partir do material coletado em situação de estágio, selecionar e organizar os dados a serem considerados na pesquisa;
- 2) Selecionar bibliografia pertinente ao tema;
- 3) Selecionar documentários e filmes baseados em fatos reais referentes a portadores de deficiências que conseguiram superar as barreiras do preconceito na família e na sociedade, como: “Porta a porta”, “Gabi - uma história verdadeira”, “Poder além da vida”, “Seu nome é Jonas”, “Mr. Holland - Adorável Professor” e “Vermelho como o céu”.

3.1 ANÁLISES DOS FILMES

Os filmes que analisei são de histórias baseadas em fatos reais. Nessas histórias pude constatar o que presenciamos nas escolas e outras instituições no Brasil referente à descrença da capacidade das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A partir destes filmes, como na vida real, identifiquei o quanto as pessoas desconhecem autores como Vygotsky e Wallon (2006) – que defendem o interacionismo, o estímulo físico e intelectual -, as múltiplas competências segundo as pesquisas de Howard Gardner (1980) e, que a missão do pedagogo é incentivar e acreditar nas possibilidades de alcançar resultados positivos que os indivíduos podem obter quando suas competências são estimuladas ao máximo.

No filme “Poder além da vida” (2006), a personagem principal é um ginasta de talento, mas este após um acidente automobilístico recebe uma prótese na perna direita e o diagnóstico dos médicos é de que ele nunca mais poderá fazer exercícios físicos porque não poderá andar sem a ajuda de uma bengala, portanto deverá afastar-se das quadras para sempre. Mas, ele é estimulado e incentivado a não desistir e com muita força de vontade, volta a treinar e supera as expectativas de todos à sua volta. Quando este se sente preparado e confiante para retornar às suas atividades na quadra, seu treinador não o aceita baseado no diagnóstico dos médicos de que, se ele insistisse em fazer esforço físico, correria o risco de voltar para a cadeira de rodas. Em suma, o treinador duvidava das competências de um deficiente físico ou se pautava na assertiva médica como inalterável. E assim, além de enfrentar suas limitações físicas, um treinamento rígido, tinha que enfrentar também a descrença e o preconceito dos colegas ginastas e de seu treinador. Depois de muito esforço, perseverança e teimosia – apesar de seu antigo treinador estar irredutível quanto a não aceitá-lo no grupo de competidores, baseado no diagnóstico médico -, ele conseguiu comprovar para todos a superação de seus limites causada pelo acidente automobilístico. Não foi fácil, mas o ginasta não desistiu e foi a partir do incentivo de uma pessoa que acreditava em sua capacidade de superar seus limites, no seu sonho de participar das olimpíadas e o amor que sentia pelo esporte que o impulsionou a

enfrentar as barreiras que lhe eram impostas em sua longa caminhada até o campeonato.

No filme “Vermelho como o céu” (2006), as crianças cegas são desacreditadas pelo próprio diretor da instituição que inclusive é cego também. Mas elas encontram no seu professor a esperança, o estímulo e o incentivo que precisavam para mostrar aos seus familiares e a comunidade que eles tinham talento e competência para escrever e encenar uma peça de teatro de sombras. É claro que não foi fácil para ele, o professor também foi obrigado a enfrentar o autoritarismo do diretor, arriscando perder o seu emprego, mas ele acreditava na capacidade e no talento das crianças. O professor acreditava nas inteligências múltiplas e nas competências das crianças cegas. As crianças eram talentosas, criativas e esforçadas. Precisavam de uma chance para provar que não eram tábula rasa. Graças ao incentivo do professor, eles conseguiram realizar seu sonho e interpretaram uma peça de teatro emocionando a platéia composta por seus familiares, professores, funcionários da escola e membros da comunidade.

Analisei também o filme “Porta-a-porta” (2002). O filme conta a história de um vendedor dos EUA, chamado Bill Porter. Este nasceu com paralisia cerebral, mas sempre estimulado pela mãe tenta levar uma vida ‘normal’ e decide procurar emprego de vendedor numa empresa de produtos de limpeza e cosméticos. Depois de alguma relutância com o empregador, consegue o emprego. Diariamente, visitava as residências e oferecia os produtos: de porta em porta. No princípio enfrenta o preconceito, o descrédito de seu chefe e dos clientes. Mas com muita persistência, dedicação e sempre contando com o apoio da mãe, ele não desiste e consegue ganhar o respeito de seus colegas de trabalho, de seu chefe e dos clientes, os quais depois de algum tempo se multiplicaram. Muitos anos depois é homenageado na festa anual da empresa como o melhor vendedor do ano. Algum tempo depois, ele abre sua própria empresa e se torna consultor de vendas, palestrante e por fim, uma personalidade conhecida e respeitada nos EUA. Neste filme, fica claro que para superar as barreiras impostas pelo preconceito da sociedade, é necessário, além do estímulo dos familiares, professores, amigos ou vizinhos, uma força de vontade muito grande e intrínseca. Bill Porter, por causa de sua deficiência, prejudicou grandemente sua coluna ao carregar o grande número

de produtos vendidos. Sendo assim, num determinado tempo de sua carreira, ele foi proibido de continuar seu trabalho de vendedor pelo seu médico. Foi incentivado pela medicina a parar de fazer esforço físico, porque ele andava muito e carregava muito peso. Mas não desistiu. Buscou soluções: contratou uma motorista e secretária para ajudá-lo com o trabalho. Superou as barreiras arquitetônicas, as barreiras financeiras, o preconceito e de um jeito emocionante se torna um vencedor, um exemplo de vida e um profissional respeitado na área de vendas e consultoria nos EUA.

Outro filme “Seu nome é Jonas” (1979), nos relata uma história comovente que se passa nos EUA e revela uma situação típica de uma família de classe baixa que interna seu filho numa instituição para crianças com deficiência mental. Depois de muitos anos de internação, os especialistas percebem que Jonas não tem problemas mentais, ele é apenas uma criança surda. Os pais ficam revoltados com os vários anos que seu filho esteve internado na instituição para deficientes, sem necessidade, sendo tratado como um ‘deficiente mental’ ou um ‘autista’, Jonas procura recuperar o tempo perdido numa escola própria para surdos. Enfrentou outro dilema: esta escola é contra o ensino da língua de sinais e a favor da oralidade (estimular a fala da criança). Hoje sabemos que nem todos os surdos conseguem desenvolver a oralidade e Jonas faz parte deste índice. A mãe se desespera por não conseguir se comunicar com o filho – neste meio tempo, ela é abandonada pelo marido – mas, encontra o incentivo de amigos surdos que a estimulam a trocar Jonas de escola para que ele aprenda a língua de sinais. A criança e a mãe aprendem a língua de sinais e são acolhidas na comunidade surda – aprendem a se comunicar e descobrem que os surdos também se divertem, dançam, trabalham se apaixonam e se casam etc. – e descobrem que podem levar uma vida ‘normal’ junto à comunidade ouvinte e da não ouvinte. Nesta história, fica evidente a importância do responsável acreditar nas competências de uma criança com deficiência e que este responsável precisa de apoio externo. Mais, neste caso específico, o pai não acreditou na capacidade do filho, enquanto a mãe o estimulava e o apoiava. O pai não suportou o preconceito que o filho sofria na comunidade e covardemente abandonou a família. A mãe ‘guerreira’ não desistiu e procurou a ajuda de especialistas, se enturmuou com a comunidade surda e assim, mãe e filho conseguiram enfrentar as barreiras de

uma sociedade preconceituosa e juntos procuraram integrar-se nas duas de que agora faziam parte: a comunidade ouvinte e a comunidade não ouvinte.

Na longa metragem “Mr. Holland – Adorável Professor” (1995) acompanhamos o drama dos pais quando descobrem que seu único filho nascera surdo. O não saber o que fazer a falta de dinheiro para matriculá-lo numa instituição própria para crianças surdas, o dilema de encontrar o melhor jeito de educá-lo – se pelo estímulo da oralidade, que incentiva a fala, proibindo a comunicação por sinais ou a aprendizagem da comunicação através de sinais – e a dificuldade dos pais de se comunicarem com o filho são angústias que muitas famílias passam ao receber este diagnóstico em relação ao seu filho.

Depois de muitas discussões entre os pais, principalmente pelo orçamento financeiro escasso, a mãe decide matricular seu filho na escola que defende a prática da aprendizagem de comunicação em sinais. O pai - que é músico - demora algum tempo, mas percebe que os surdos podem como os ouvintes, desenvolver o gosto pela música, por instrumentos musicais, por guiar carros, dançar, estudar e trabalhar. Superando as dificuldades vividas, o pai resolve produzir um concerto de música clássica, em homenagem a seu filho, executada para os surdos. Neste filme comovente podemos acompanhar a superação de medos, preconceitos e estigmas em relação ao surdo, como o ser ‘diferente’ do normal. No filme, os pais ao descobrirem que seu filho não ouve, sentem-se castigados, desafortunados, sentem-se culpados pela falha do filho. É emocionante acompanhar o dia-a-dia da família superando seus temores, conhecendo as habilidades do filho, acompanhando o seu progresso como estudante e como pessoa.

No filme “Gabi - uma história verdadeira” (1987), conhecemos a história da escritora Gabriela Brimmer, que nasceu com paralisia cerebral e que através de muito estímulo consegue controlar os movimentos dos dedos do pé direito. Esta mulher teve muita vontade de superar seus limites, de viver. Estudou numa escola especial para deficientes motores e tetraplégicos, mas não se acomodou em ter um diploma do ensino básico e enfrentou todas as barreiras e preconceitos e, com o apoio dos pais, fez questão de ir para uma escola secundária com alunos ditos ‘normais’. A escritora Gabriela Brimmer encontra nos pais e na babá todo o apoio e estímulo para estudar, de superar

as barreiras arquitetônicas e acadêmicas que lhe eram impostas. Esta luta pelos seus direitos de ingressar na escola secundária emocionava todos a sua volta. Ela não desistia de seus sonhos e de seus desejos e tinha uma vontade tão grande de viver plenamente a sua vida, que isso a tornava mais saudável do que todos os outros que estavam ao seu redor e que não tinham deficiências motoras, tão graves como eram as suas. Tornou-se escritora, adotou um filho e é para nós um exemplo de superação de limites.

Como havia adiantado no começo deste capítulo, mais do que filmes, estas histórias são relatos. Relatos de cidadãos que são portadores de necessidades especiais que lutaram para ter seus direitos reconhecidos. Direitos constitucionais e direitos humanos, ou seja, o direito de poder trabalhar, opinar e de ganhar a vida honestamente. Não são grandes produções cinematográficas para arrecadar milhões em lucro, mas são exemplos de indivíduos que tiveram que se impor diante de uma sociedade capitalista pouco democrática, de uma sociedade que não é preparada – ou tão pouco preparada – para ‘receber’, para acolher o diferente – o diferente aos nossos próprios olhos, baseado num modelo estereotipado pela elite brasileira preconceituosa. E me refiro a isso com lágrimas nos olhos porque em muitos países mais desenvolvidos o portador de deficiência, o idoso, o ‘diferente’ tem suas competências valorizadas e exploradas, já no nosso país estes são excluídos da sociedade. O portador de deficiência não quer favores: quer oportunidades e respeito.

Mas, não quero expor uma opinião fatalista, mesmo porque seria errônea e inviável, portanto é necessário relatar que mesmo que devagar, as políticas públicas estão buscando trilhar ideias e ações de conscientização no meio da sociedade brasileira.

A minha preocupação é que enquanto estamos trilhando o futuro com ‘passos de tartaruga’ em relação à democracia e direitos iguais para todos, muitos talentos estão sendo atropelados pelos ‘rinocerontes’ do preconceito, da desigualdade, da incompetência, do lucro e do descaso de nossos governantes.

3.2 RELATO DE UMA GESTÃO PREOCUPADA COM A ACESSIBILIDADE

Realizo um trabalho de pesquisa para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP em uma escola estadual, situada na Vila Madalena, desde o mês de outubro de 2010.

Nesta pesquisa tive o conhecimento de que em 2007, a Escola Estadual Brasília Machado sofreu alterações em sua infraestrutura para atender as exigências das legislações de inclusão. Podemos citar como modificações mais significativas a reforma da quadra de esportes, que agora conta com rampa de acesso e arquibancadas, além da instalação de um elevador no prédio. Os banheiros também foram adaptados para uso de cadeirantes. Além disso, observa-se a instalação de corrimãos e piso tátil nas escadas e rampas.¹

Neste trabalho, aprendi que a preocupação em cumprir as leis referentes à acessibilidade depende em grande parte dos interesses da gestão escolar de cada instituição. Conheço escolas particulares que não tiveram esta preocupação ou alegam que fica “caro instalar um elevador na escola”, mas a Escola Estadual Brasília Machado não só instalou um elevador como construiu rampas de acesso. Portanto, no meu ponto de vista, cumprir as leis não depende somente de recursos financeiros, mas da condição de Projeto Pedagógico na escola, ou seja, se o gestor e a instituição não virem como prioridade à adequação das barreiras arquitetônicas do prédio, o respeito pela comunidade em suprir as necessidades de sua clientela, ficará claro que esta escola não tem interesse em acolher alunos com deficiência motora. O que vai pesar como percebemos é a força de vontade e os valores do gestor e do conselho de escola, no caso de uma instituição que adotou no seu Projeto Político Pedagógico, uma gestão democrática e participativa.

Quando o assunto é a acessibilidade, a inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais, o acolhimento e o respeito à diversidade não se pode medir esforços financeiros, principalmente quando o direito é garantido por lei.

É preciso acreditar numa escola integral e acolhedora para transformarmos a realidade da nossa sociedade exclusiva e seletiva. O que desejamos é uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. E para

alcançarmos esse objetivo não devemos medir esforços financeiros. Empregar dinheiro na educação não é gasto ou prejuízo, é investimento. Investir em crianças é investir no futuro da sociedade. Uma sociedade mais justa para os cidadãos que nela convivem, é a nossa meta - dos cidadãos e educadores críticos, conscientes e ativos - e isso não tem preço ou pelo menos não deveria ter.

O educador Paulo Freire (1996) em muitos de seus livros como, por exemplo, em 'Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa', já se referia e defendia a educação com a visão de intervir no mundo. Quer dizer, o educando necessita ser acolhido na escola de uma forma plena e para isso precisa superar as barreiras arquitetônicas que ainda são existentes em muitas escolas em São Paulo e se integrar na turma recebendo o devido respeito no que tange ao seu limite físico ou intelectual. Desta forma, depois de formar uma consciência crítica, porque quem é respeitado também sabe respeitar, este educando vai para sociedade com uma visão mais ampla de mundo tendo mais ferramentas e vontade de agir como agente transformador da realidade. Quem recebe amor, ama. Quem é respeitado, respeita. O sujeito aprende a pintar, pintando. O sujeito aprende a desenhar, desenhando. O portador de deficiência vai ter autoestima se tiver suas competências valorizadas, incentivadas e acreditando que são capazes de transformarem sua vida e oxalá a sociedade.

"A inclusão de pessoas com necessidades especiais, nos dias de hoje, vai muito além da premissa constitucional de que todos os indivíduos têm direito à educação. A inclusão é um novo paradigma social e educacional em uma sociedade que se pretende cada vez mais justa e democrática".

(ROMARO e PIZANI, 2008).

Portanto, o ponto crucial da inclusão não é mais defender a 'entrada' ou inserção do educando na escola, mas defendermos seus direitos de cidadãos, de respeitarmos e de propiciar ferramentas para que eles possam exercer seus direitos e deveres na sociedade da qual são integrantes. Isso é democracia.

1. Relatório de observação e caracterização da Escola Estadual Brasília Machado, apresentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID em maio de 2011.

4. INCLUIR E INTEGRAR: A DIFERENÇA NA PRÁXIS

Existe uma diferença entre Incluir e Integrar um indivíduo numa instituição escolar ou na sociedade.

Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira da Língua Portuguesa, a palavra incluir significa: 1. Compreender, abranger. 2. Conter em si. 3. Inserir, introduzir. 4. Estar incluído ou compreendido; fazer parte.

Por sua vez a palavra integrar significa: 1. Tornar inteiro; completar. 2. Tornar-se parte integrante; incorporar-se.

Na vida o que acontece muitas vezes é que o indivíduo portador de necessidades especiais é incluído no ambiente, mas este nem sempre se sente integrado, fazendo parte ou sendo compreendido pelas pessoas em sua volta. Na escola, por exemplo, a criança é matriculada, assiste às aulas diariamente, mas não aprende junto com os outros colegas: infelizmente ouvi relatos de pais que disseram que os filhos são separados em um canto da sala para fazer atividades diferenciadas enquanto o resto da turma participa de outras atividades. Numa conversa informal com um pai de uma criança com deficiência motora, na época em que fazia estágio na secretaria de uma escola pública, fui informada de que no horário que as crianças saíam para brincar no pátio, sua filha ficava na biblioteca sozinha e a professora lhe dizia que era para ela tomar conta da biblioteca enquanto as outras crianças iam brincar no parque. A criança inocente disse ao pai em determinado dia, toda feliz, que se sentia importante porque a professora pedia para ela tomar conta da biblioteca. Ele não entendeu e pediu para ela explicar esse fato, quando ela explicou o que acontecia, ele indignado e sensibilizado chorou escondido de sua filha, mas, comunicou a mãe da criança do ocorrido. Esta foi à escola reclamar e exigir que sua filha tivesse o mesmo direito de ir ao parque brincar como todas as outras crianças.

Com isso, o que eu quero destacar é que nem sempre um deficiente que estuda na sala com crianças 'normais' consegue participar integralmente de todas as atividades e ter um aprendizado compatível com o aprendizado do restante da turma: ele sempre aprende menos, faz atividades diferenciadas e muitas vezes sem objetivo, pois é considerado apenas um passatempo. A meu

ver, isso não é estar integrado. Fazer parte do grupo é incluir a criança na turma de educandos.

Por que é importante a integração dos educandos com deficiência ou com alguma necessidade especial nas escolas? Por que nos importarmos com sua educação – além de ser nossa obrigação ética e profissional segundo nossa formação de pedagogos?

Segundo os materiais que pesquisei o tema da inclusão vai além da discussão de direitos e deveres porque os campos de trabalho e social hoje estão mais abertos para os cidadãos com necessidades especiais, portanto é preciso incluir um aluno na escola de forma que seja acolhido plenamente. É proporcionar a este cidadão a sua chance de se inserir na sociedade como agente ativo e não passivo. Este é um assunto sério para um profissional que deseja ser um educador transformador da realidade levar em consideração nas suas metas e objetivos. Segundo as autoras ROMARO e PIZANI (2008), infelizmente muitas vezes só nos damos conta do quão é difícil para os deficientes o acesso aos ambientes internos e externos no cotidiano quando sentimos na pele algum tipo de limitação física temporária ou não.

Segundo as pesquisas destas mesmas autoras, em 2001, o estado de São Paulo tinha apenas “601 pessoas com deficiência trabalhando em 12 empresas. Em 2005, este número chegou a 36 mil e em setembro de 2007 já eram 73.760 trabalhadores com deficiência. Existem atualmente, no Estado, 9.842 empresas com mais de 100 funcionários com algum tipo de deficiência”. (ROMARO e PIZANI, 2008). Desta forma, se torna urgente a conscientização da necessidade da capacitação dos profissionais da escola, parafraseando as autoras pesquisadoras “a escola inclusiva é a porta para a comunidade inclusiva”.

Segundo algumas pesquisas, seria interessante que não existisse educação diferente para os deficientes, mas que todas as crianças tivessem acesso a uma mesma educação, no entanto, tenho receios em relação a esse ponto de vista- não que eu seja contra a esse tipo de inclusão, de que todos tenham um mesmo tipo de conteúdo, de educação - mas porque a realidade de nossas escolas, hoje, é de que nossos professores, gestores e funcionários de apoio destas instituições não estão preparados para acolher as crianças com

deficiências, não estão capacitados nem preparados psicologicamente para fazerem um trabalho eficaz e de qualidade.

Como as políticas públicas não propiciam formação continuada de qualidade para os educadores, não provêm às instituições de profissionais da área da saúde para auxiliarem no acolhimento das crianças com necessidades especiais, o Estado e os municípios não dão suporte necessário às instituições quando estas recebem alunos com algum tipo de deficiência.

Não sou contra, por exemplo, à inclusão de surdos nas escolas comuns das redes municipais e estaduais, mas não sou a favor das escolas não terem nenhum suporte nem instrumentos necessários para dispensarem uma educação e assistência adequadas – como, por exemplo, fonoaudiólogos, psiquiatras, psicólogos, professores e funcionários que saibam se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) etc. - e de qualidade, para receberem estas crianças. Mesmo porque, quando estas crianças entram na sala de aula, destas instituições despreparadas para acolhê-los, é comum os surdos ficarem “jogados” no canto da sala, sendo tratadas como deficientes mentais. São inclusões na teoria, no entanto, amargando a exclusão na prática.

De outra forma, se as escolas estiverem preparadas para acolher de uma forma integral toda diversidade de alunos matriculados, concordo com Mantoan (2002), quando diz que “a inclusão escolar, sendo decorrente de uma educação acolhedora e para todos, propõe a fusão das modalidades de ensino especial e regular e a estruturação de uma nova modalidade educacional, consubstanciada na ideia de uma escola única. No caso, os objetivos eram: unificar o que está fragmentado, dicotomizado, tratado isoladamente e oficializado em subsistemas paralelos, que mantêm a discriminação dentro e fora das escolas; reconhecer as possibilidades humanas; e valorizar as ‘eficiências desconhecidas’ tão comumente *rejeitadas e confundidas* por não caberem nos moldes virtuais do ‘bom aluno’”. (ROMARO e PIZANI, 2008).

Muitas vezes em meus estágios percebi o quanto o professor teme e às vezes até chega a rejeitar um aluno que tenha necessidade especial, é claro que não o faz por maldade nem por insensibilidade, mas pelo medo do desconhecido, enfrentar uma situação da qual não está preparado e lhe falta coragem de enfrentar sozinho a situação e acolher os portadores de

necessidades especiais. Infelizmente na rede pública falta assistência de profissionais das outras áreas o que seria imprescindível na formação educacional de indivíduos portadores de necessidades especiais.

Percebo que falar de inclusão é fácil, o difícil é praticar a inclusão. É uma conquista difícil, mas necessária.

No entanto, a prática do acolhimento na escola é muito importante porque é a partir da inclusão na escola, que poderemos formar cidadãos mais toleráveis com a diferença, e assim propiciando no futuro uma sociedade mais democrática e igualitária.

No que se refere à inclusão de alunos com deficiências múltiplas ou motoras, a falta de assistência – psicológica, por exemplo – torna a aprendizagem muito mais complicada porque além dos problemas visíveis existem também outros como: o sentimento de inferioridade que estes carregam por causa de seu próprio estado e pelo fato de sofrerem preconceito na família, dos amigos e da comunidade. Aliás, porque não dizer na sociedade, afinal até alguns anos atrás víamos nas telenovelas e em filmes que todas as personagens más das histórias sempre que recebiam castigo “divino” e eram merecedores, terminavam a história em cadeira de rodas, tetraplégicos etc. O que víamos na mídia é que um indivíduo cadeirante nunca poderia ser o mocinho da história ou não seria possível que um cidadão com deficiência motora ou deficiências múltiplas pudesse ser feliz e levar uma vida cotidiana ‘normal’.

Segundo MAZZOTA (1997), o deficiente deve ser aceito e acolhido na sociedade e/ou escola como um indivíduo participante, ativo e não só ser incluído na forma física. Muitas vezes olhamos o indivíduo e o classificamos pela sua deficiência e não o tratamos como um indivíduo que possui certo tipo de deficiência. Assim, impomos uma tarefa para as pessoas com deficiências: se reabilitar para ‘entrarem no nosso mundo’. Os portadores de deficiências não podem se reabilitar, se esforçar para ter o direito de se integrar na sociedade, nós é que temos que recebê-los e aceitá-los e nos adequar para conviver com a diversidade, isso é democracia. Não podemos aceitar a ideia que seja necessário reabilitar para integrar. Se antigamente, num passado não muito remoto, as pessoas portadoras de deficiência não trabalhavam porque eram dignas de dó e acreditava-se que se elas trabalhassem, estavam sendo

exploradas por alguém, hoje percebemos que todos os indivíduos com deficiência ou não, são aptos a desenvolver habilidades diversas para serem acolhidos no campo profissional. Muitos continuam sendo excluídos por falta de escolaridade, de habilitação para o emprego ou falta de experiência etc.

É a partir da integração completa e da aceitação da diferença desde a família, na escola e na comunidade que será possível formar cidadãos mais toleráveis, propiciando desta forma uma sociedade mais democrática e igualitária.

Integrar é respeitar o menos favorecido fisicamente, intelectualmente e financeiramente. É olhar o outro como um alguém 'diferente' de mim, mas nunca como um alguém diferente de mim e por isso menos favorecido, porque como já citei mais acima, conheci colegas de serviço com deficiências físicas ou intelectuais que possuem mais competências em informática ou em programas de software que são mais avançados entre outras aptidões do que eu.

Na minha experiência, o problema de integração com indivíduos portadores de deficiência só acontece pela falta de convivência com os mesmos. Já ouvi relatos de pessoas que disseram que após alguns meses de convivência com jovens com deficiência mental, elas já não mais viam estas pessoas como diferente ou com indiferença, elas relataram que quando conversavam com os jovens com paralisia cerebral era como se estivessem conversando com jovens que não possuem deficiência, ou seja, realmente conseguiam aceitar e respeitar este cidadão que é apenas diferente e não de menor valor que todos os outros cidadãos.

Por isso, a verdadeira integração, o acolhimento e respeito e não somente o incluir (estar matriculado na escola ou estar dentro de uma empresa para cumprir a cota mínima permitida pela lei) é tão necessário ao portador de deficiência, porque seja na escola, na sociedade ou no mercado de trabalho é imprescindível o conviver, o estar junto com todos os outros.

5. MISSÃO DO EDUCADOR

Uma das missões dos educadores, talvez a mais importante, é propiciar ao educando o aprofundamento dos conhecimentos e habilidades que eles já trazem do seu cotidiano e propiciar o desenvolvimento de outros conceitos e habilidades, ou seja, estimular ao máximo possível para que os educandos desenvolvam o maior número de habilidades e competências. E ainda é necessária a conscientização da importância de estímulos constantes – estimular sempre, todos os dias. Estímulos motores (correr, pular, saltar), o brincar, quer dizer, estimular a criatividade: abusar da arte (dramatizações, pintura, colagem, desenhos, leitura), criação de projetos com ajuda dos alunos. A partir de sua curiosidade, os educandos devem participar de todas as fases dos projetos e o professor deverá cumprir o seu papel de intermediador.

O educador tem como objetivo acreditar na ‘possibilidade do além’ do diagnóstico do profissional de saúde que afirma que um indivíduo portador de Síndrome de Down, paralisia cerebral, surdez, deficiências múltiplas, cegueira, entre outras, só pode atingir certo grau de aprendizagem ou que há limites para seu desenvolvimento. É claro, que há limites, mas não podemos diagnosticar precisamente “até onde” o portador de deficiência pode alcançar e nem comparar as habilidades de indivíduos portadores de um mesmo tipo e grau de deficiência ou cobrar em excesso. O educador deve explorar as capacidades do educando. Aliás, nenhum especialista pode prever com certeza os limites do desenvolvimento humano seja com necessidades especiais ou não, principalmente porque o limite do desenvolvimento humano é pessoal, individual e social, dependerá muito da interação das pessoas, no coletivo. Duas crianças com um mesmo grau de deficiência, mesmo estimuladas da mesma forma podem ter competências e habilidades diferentes, o mesmo pode acontecer até mesmo com educandos ditos “normais”. Portanto, não podemos garantir ou não que outros portadores de paralisia cerebral se estimulados da mesma forma como ocorreu com a escritora mexicana Gabriela Brimmer, que nasceu com paralisia cerebral e só consegue controlar os movimentos dos dedos de seu pé direito, possam adquirir as mesmas competências que ela porque o desenvolvimento é pessoal e individual – não basta os estímulos, para desenvolver novas habilidades vai depender (e muito) da força de vontade

de cada um. Por isso, é que devemos sempre acreditar no desenvolvimento das pessoas e principalmente acreditar em suas possibilidades de superação.

“Impedir o acesso de deficientes físicos em instituições escolares viola um dos direitos básicos de todos os cidadãos: o direito à educação. Por isso é tão pertinente a reflexão e discussão desta problemática para todos que sonham em serem educadores em um sistema em que a educação seja ‘para todos’.” (ROMARO e PIZANI, 2008).

Mas o que percebo é que o futuro professor não está preparado para enfrentar na prática, uma sala de aula com alunos com necessidades especiais, as faculdades não preparam o professor para esta situação, os cursos não exigem que os futuros professores façam estágios em escolas que tenham alunos portadores de deficiências.

Quando um professor recém-formado vai lecionar na rede pública não lhe é propiciado formação continuada, às vezes, existe esta formação, mas é de baixa qualidade. Não há o apoio necessário para oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos com necessidades especiais e os professores sentem na pele o que é “não ter o que fazer” ou dizem que “estou de mãos atadas, não tenho o que fazer” ou “é assim mesmo, não dá pra mudar, é o destino”. Estes pensamentos de visão fatalista ocorrem em muitas escolas na rede pública em que tive acesso nos meus estágios e em visitas informais.

Por outro lado, assistindo uma palestra de uma diretora, da coordenadora e de duas professoras de um CEU – Centro de Educação Unificado – de São Paulo, foram relatados vários exemplos de alunos portadores de deficiências que superaram seus limites prescritos por seus médicos. Em um dos casos, nos revelaram que na escola está matriculada - desde 2009 - uma tetraplégica que fora diagnosticada como não tendo capacidade de andar. Quando esta chegou à escola ela só engatinhava, mas que foi tão bem acolhida pelo corpo docente, pelas crianças e foi tão estimulada pelos professores que já consegue andar mesmo que de uma forma ‘torta’, caindo e ‘bamba’, segundo o relato da diretora, mas ela anda e só usa fraldas por resistência da mãe que é muito protetora.

Enfim, ser um educador progressista que almeja transformar a sociedade significa valorizar as pessoas, sejam elas portadoras de deficiências ou não.

São muito interessantes os conceitos da pedagogia de Freinet (1989), segundo Sampaio (1989) o educador referido dizia que a democracia de amanhã é preparada pela democracia na escola. Suas técnicas são baseadas no trabalho cooperativo, todos participam das criações e os alunos são incentivados a ajudarem os outros colegas, a refletirem individualmente e coletivamente, a comunicação, a autonomia, a ter senso de responsabilidade, sociabilidade e afetividade. Estes são alguns de seus princípios que fazem de sua pedagogia uma experiência integradora. Freinet defendia que todos gostam de ser bem sucedidos, que ninguém quer ser fracassado, que o fracasso destrói o ânimo (que gera a baixa auto-estima), inibe o entusiasmo. Portanto, se um portador de deficiências não conseguir se realizar plenamente como estudante, como cidadão ou como profissional como vai adquirir autoestima? Como vai exigir respeito e cobrar seus direitos de cidadão, se ele mesmo não se vê como cidadão, igual aos outros? Se os portadores de necessidades especiais crescerem se vendo como 'diferente', mais frágil, como tendo menos possibilidades que o outro, ele não vai enfrentar seus limites percebendo outras oportunidades, procurando outras maneiras de resolver as situações problemas do seu cotidiano.

6. DIREITOS CONQUISTADOS

“A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) DE 1996 consagram o *acesso* à educação de qualidade como um *direito* fundamental da cidadania. Homens e mulheres, negros, brancos, índios ou mestiços (...), dos mais jovens aos mais velhos, têm o direito de compartilhar o patrimônio cultural comum da humanidade mediante sua *educação*, especialmente a *educação escolar*.” Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 206, todo cidadão deve ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Para que este direito básico do cidadão seja colocado em prática, existem inúmeras leis e decretos que estabelecem normas e padrões que visam à adaptação dos espaços escolares, públicos e urbanos às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, Art. 2º, define acessibilidade como: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços (...) por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida ” (20/12/2000, Diário Oficial da União).

Na Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1988, artigo 3º, inciso IV, lemos “Em todas as escolas deverá ser garantida a *igualdade de acesso* para alunos a uma base nacional comum (...)”.

Para garantir a possibilidade de utilização com segurança e autonomia dos espaços escolares, a ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, produziu um manual de normas a serem seguidas pelas instituições escolares. Estas normas abordam desde a melhor localização dos portões, adaptações aos banheiros, áreas de manobra até a acessibilidade em todos os ambientes pedagógicos: quadras, salas de aula, laboratórios, bibliotecas e etc. Contudo, a legislação não garante que o aluno com deficiência seja bem recebido e incluído nas instituições de ensino. César Augusto Minto, no seu capítulo 'Educação Especial da LDB aos Planos Nacionais de Educação (2002)- do MEC e Proposta da Sociedade Brasileira' do livro Escola Inclusiva, diz que, historicamente, a educação especial sempre foi vista como assistencialista e discriminatória. Desta forma, os professores não estão preparados para

trabalhar com as crianças com necessidades especiais, pois não se consideram responsáveis por este setor da educação.

Diante desta transferência de responsabilidades, quem será responsável por educar as crianças com necessidades especiais? Assim como as crianças que não portam nenhuma necessidade especial, a educação é um dever da sociedade em geral, onde todos nós devemos reconhecer e aceitar a diversidade resultante desta convivência. Sendo assim, este é o princípio fundamental da escola inclusiva onde: todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. (MINTO, 2002).

Apesar das leis e decretos presumirem adaptações nas edificações e a permanência da criança na escola, as mudanças vão além de rampas e elevadores, as instituições precisam rever suas práticas, seu currículo, projeto político pedagógico e a formação docente a fim de efetivar a inclusão do aluno com necessidades especiais. Pois, mesmo que, a Portaria Interministerial nº 186, não exija das escolas um professor especializado para classes especiais, há uma recomendação para que “sempre que possível” (MAZZOTA,1999) e, as instituições tiverem condições, para contratar professores especialistas, a escola deve investir no aprimoramento do docente, para que este seja capaz de criar uma perspectiva de cidadania, situação esta em que a educação deixa de ser inclusiva e torna-se integradora.

Caziani (1994) nos traz que nem todas as escolas e estruturas sociais estão preparadas para receber as crianças com necessidades educativas especiais, devido aos seguintes fatores:

- as crianças sem deficiência não estão preparadas para aceitar e brincar com as deficientes, chegando até mesmo, a rejeitá-las;
- as barreiras arquitetônicas não permitem ao deficiente o acesso a todos os lugares da escola, podendo ficar marginalizado;
- as famílias de crianças não deficientes têm receio de que seus filhos sejam prejudicados e a escola perca seu status;
- os familiares dos portadores de deficiência temem que seus filhos sejam rejeitados, impedindo-os de ingressar na pré-escola e privando-os de frequentar escolas comuns;

- “o próprio deficiente não foi ensinado e encorajado a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si mesmo.” (TUDELLA, 2002 – p.158).

Como mencionado anteriormente, infelizmente, “(...) entre a obrigatoriedade da lei e seu cumprimento e fiscalização existe um grande abismo”. (FÁVARO, 2006).

Maior relevância que direitos conquistados referente à acessibilidade na escola, no que diz respeito a estrutura física, ao acesso e a permanência (acolhimento) em sala de aula, precisamos almejar que os portadores de deficiência motora ou psíquica tenham o pleno direito de exercer a cidadania, ou seja, que possam participar ativamente na sociedade e usufruir seus benefícios (direitos sociais, políticos e civis), que tenham o direito de votar, falar e que suas opiniões possam ser além de ouvidas, respeitadas. Como podemos notar no começo deste tópico, esses direitos eles já conquistaram ‘no papel’, está faltando exercê-los na prática.

Por exemplo, tem uma parte da comunidade surda que briga pelo seu direito de estudar em instituições próprias para surdos, ou seja, escolas especiais só para surdos no ensino fundamental, mas essa reivindicação não é ouvida, em nome de leis que defendem a inclusão feita por ouvintes e, com isso todas as escolas ou classes que atendiam somente os surdos estão sendo desativadas. Onde está o direito destes surdos de opinar em relação ao seu aprendizado acadêmico? Eles são cidadãos ativos na sociedade e querem seu direito de opinar e de serem ‘ouvidos’. Mas não são e com esta nova lei, eles perdem o direito de ingressarem no ensino médio porque os professores da rede pública do fundamental II não estão preparados para receberem alunos surdos que só se comunicam com a LIBRAS – língua brasileira de sinais. Aliás, podem até ser matriculados porque a lei lhes garante a matrícula, mas se vão ser acolhidos, se vão aprender os conteúdos programáticos ou se vão apreender alguma coisa, isto é outro assunto.

1. Cadernos CENPEC, 2007, p.74, artigo RELATO DE PRÁTICA: INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. Uma ferramenta para a construção da democracia. LICTENTHALER, Waldenir (Nino) Bernini.

7. INCLUSÕES QUE DERAM CERTO

Na empresa em que faço estágio desde o mês de novembro de 2010, tive a oportunidade de conhecer o projeto de inclusão profissional que a empresa segue para cumprimento da Lei 8213/91¹. A empresa acolhe dezenas de funcionários portadores de deficiências como já me referi no início deste trabalho. Nesta empresa os gestores e funcionários que não são portadores de deficiências são preparados para acolher e respeitar as deficiências das pessoas para que todos possam usufruir de um ótimo ambiente de trabalho.

O fato de que a empresa prepara seus funcionários para o acolhimento de inclusões no trabalho pode ser constatado em uma das entrevistas que a empresa editou em sua revista mensal – com uma tiragem de 20.500 exemplares - denominada “Revista da família” para seus funcionários e colaboradores. Foi na edição de dezembro de 2010 que foi publicada uma entrevista de um de seus funcionários efetivos portador de deficiência auditiva.

Ele relatou que começou a perder a audição aos 15 anos e que no ouvido esquerdo essa perda já está em torno de 80%. Perguntado sobre sua avaliação relativo à consciência das pessoas referente ao assunto dos indivíduos portadores de deficiência, ele diz: “(...) A discriminação existe, mas não podemos só pensar nisso. Ter deficiência auditiva não me impede de estabelecer um bom convívio social e profissional.”

Em outra pergunta sobre a questão do relacionamento com os colegas de trabalho, ele enfatiza que: “Eles procuram me compreender e respeitar. Sabem que não precisam gritar para que eu os entenda ou dê atenção.” E sugere “(...) quando uma unidade vai receber um portador para trabalhar, é importante que os gestores e colegas tenham informações sobre o tipo de deficiência e as formas de abordagem.”

É relevante nos conscientizarmos que os portadores de deficiências ou necessidades especiais não desejam nosso sentimento de pena, ajuda excessiva – ouvi alguns relatos de cegos que as pessoas gritam com eles, esquecem-se de que são cegos e não surdos; e “ouvi” relatos de surdos que são adeptos a linguagem de sinais (LIBRAS) de que as pessoas conversam com eles bem devagarinho, achando que eles vão 'ouvir' as palavras que são

ditas pausadamente; tem casos que ocorrem com muita frequência com cegos, em que as pessoas que querem ajudá-los a atravessar a rua, os levam pelo braço, quase que a força entre outros -, eles querem se integrar a turma, a rede de pessoas em que convive, a comunidade, a sociedade, enfim ter amigos que respeitem suas diferenças e dialoguem com eles normalmente, sem ter um olhar de pena ou preconceito – que é bem pior.

Eu já ouvi relatos de pessoas que quando foram apresentadas como ‘deficiente visual’, responderam que não eram deficientes visuais, eram apenas cegos. Da mesma forma, os surdos – uma grande parte, pelo menos – não aceitam a nomenclatura de ‘deficientes auditivos’.

Estes aceitam e convivem com sua diferença tão bem que exigem o respeito devido, porque em primeiro lugar eles se respeitam, tem autoestima, conseguem trabalhar seus limites e procuram conviver por igual com os outros cidadãos na sua comunidade.

1.Lei de cotas de inclusão 8213/91- Artigo 93 – a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção: até 200 funcionários.....2%; de 201 a 500 funcionários....3%; de 501 a 1000 funcionários.....4%; de 1001 em diante funcionários.....5%.

8. CONCLUSÃO

Através do material estudado, das conversas informais, das pesquisas e de minhas observações eu concluo – neste meu trabalho de pesquisa, é claro porque na verdade este tema e seus subtemas têm muito que ser pesquisado e discutido em muitas áreas como a educação, sociologia, saúde e psicologia- que o tema inclusão institucional ou/e inclusão social é um assunto que levanta muito desconforto, tanto para os portadores de deficiências como para os colegas de serviço. Se resolvermos ter uma conversa informal com um deficiente no local em que trabalhamos ainda encontramos barreira com seus superiores e amigos. As pessoas sem deficiência que convivem com estes, pensam que uma conversa franca e aberta sobre o assunto pode vir a magoar ou sensibilizar o indivíduo. Em minha opinião, temos que conversar abertamente com o portador de deficiências sobre todos os assuntos, inclusive sobre sua deficiência, eu penso que não devemos tratar as pessoas como se fossem feitas de açúcar ou como se fosse vergonhoso tratar sobre “esse assunto” (deficiência), porque quanto mais se promove o diálogo entre as pessoas, maior as possibilidades de chegarmos a uma conclusão ou a um acordo. Como se referir a sua deficiência (como por exemplo: deficiente auditivo ou surdo), se quer ajuda, no que é necessário ajudar, quando ajudar, quando não há necessidade de ajudar entre outras dúvidas e ações que intentamos realizar, só o próprio pode nos esclarecer. Quando tentamos adivinhar, há uma grande possibilidade de magoá-los ou afetar sua autoestima.

A comunicação, o diálogo e a humildade é o melhor caminho para a informação e o conhecimento.

Em um momento de descanso, eu estava num ambiente informal (numa chácara) e entre as pessoas que estavam circulando pelo ambiente era um jovem de dezessete anos que é portador de deficiência mental e ele é autista, conversei muito com sua mãe e ela me disse que nunca o privou de interagir socialmente. Ela me disse que nunca deixou de levá-lo a festas, mesmo que eles tivessem que enfrentar o preconceito e olhares ‘diferenciados’ – e enfrentaram muito preconceito, segundo a mãe -, mas ela nunca se deixou abater. O rapaz estuda em uma instituição própria para autistas e na sua sala

estuda mais 11 alunos. Eles são assistidos por uma professora e uma auxiliar de classe.

Eu me lembro de que quando comecei a conversar com ela sobre a educação do jovem, ela me olhou desconfiada pelo meu interesse no assunto - eu imagino que ela encontrou poucas pessoas que tem interesse na educação do seu filho, pelo menos abertamente, como eu -, mas eu entendi sua desconfiança, então expliquei que estava no 4º ano/8º semestre em pedagogia e eu me interessava muito pelos métodos de socialização e alfabetização dos educandos portadores de necessidades especiais. Ela ficou muito feliz com meu interesse e ficou super a vontade de me relatar as 'traquinagens' e o desenvolvimento social de seu filho na escola e na comunidade. Disse-me também dos preconceitos que ela e o jovem sofrem no seu bairro e da falta de informação dos vizinhos com relação ao desenvolvimento intelectual do jovem. É claro que ele não consegue se alfabetizar, mas tem alcançado outros avanços pessoais como a socialização – os autistas, quando estão nervosos ou se sentem oprimidos são muito agressivos -, ele consegue conviver com todos a sua volta sem incomodar ninguém.

Refiro-me a esse ponto porque durante minha pesquisa eu percebi o quanto tinha que ter “cuidado com minhas palavras ou sobre o assunto” que conversaria com uma pessoa com deficiência porque eu “poderia aborrecê-la ou aborrecer sua mãe” e antes de conversar “precisaria ter o consentimento de seu superior”, eu “tinha que explicar qual o assunto que eu iria tratar com a pessoa”. Eu pensava comigo: “será que as pessoas pensam que esse portador de deficiência não sabe que nós percebemos que ele tem deficiência múltipla, que ele é paraplégico?”.

Por outro lado, já presenciei o aborrecimento de muitos surdos quando são definidos como 'deficiente auditivo': eles tentam nos conscientizar de que não são portadores de nenhuma deficiência, são apenas surdos. O portador de deficiências não quer favores, quer oportunidades e respeito.

Referência Bibliográfica

ALVES, Maria Dolores Fortes. **O VÔO DA ÁGUIA**: uma autobiografia - Maria, Maria, da dor ao dom, a força, a luz e a magia. São Paulo. WAK EDITORA. 114 páginas, 2008.

ARRUDA, Flávia Silveira. CAMARGO, Gabriella. **Inclusão de crianças com deficiência no ensino regular**. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

Constituição de 1988.

Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira da Língua Portuguesa.

Documento de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, 1994;

Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

Filmes: “Porta a porta”, EUA, Canadá, 2002, diretor Steven Schachter;
“Gabi - uma história verdadeira”, EUA, México, 1987, diretor Luis Mandoki;
“Poder além da vida”, EUA, 2006, diretor Victor Salva;
“E seu nome é Jonas”, EUA, 1979, diretor Richard Michaels;
“Mr. Holland - Adorável Professor”, EUA, 1995, diretor Stephen Herek;
“Vermelho como o céu”, Itália, 2006, diretor Cristiano Bortone.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLYNIKAK Filho, Carol. **Motricidade**: um novo olhar sobre o movimento humano. São Paulo; EDUC, 2006; 95p. ; 24cm.

MAZZOTA, M. J.S. **Educação especial no Brasil**: Histórias e políticas públicas, 2ª edição- São Paulo: Cortez, 1999.

MINTO, César Augusto. **Educação Especial da LDB aos Planos Nacionais de Educação do MEC e Proposta da Sociedade Brasileira**, 2002.

PALHARES, M. S. **Escola Inclusiva**, 1ª Edição – São Carlos: EDUSFCAR: 2002.

REVISTA DA FAMÍLIA. Ano 5 – nº 53 – SP - Dezembro/2010. Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.

ROMARO, Bruna Moura. PIZANI, Fernanda Braga. **O papel do gestor na Inclusão social do deficiente físico motor no sistema de ensino regular**. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

